



Migrações e Desenvolvimento Rural nas Mesorregiões Cearenses

Autores:

Paulo Victor Maciel da Costa - UFRN - paulovictorma22@hotmail.com

Silvana Nunes de Queiroz - URCA/UFRN - silvanaqueirozce@yahoo.com.br

Antonia Jaine da Silva Pereira - UFRN - jainerodrigues22@yahoo.com

Resumo:

Devido as transformações políticas, econômicas e sociais apresentadas pelo estado do Ceará a partir da década de 1980, vê-se a inserção de novos elementos no rural, os quais influenciaram na dinâmica migratória, através da permanência ou expulsão do homem do campo. Nesse contexto, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a relação entre migrações e desenvolvimento rural nas mesorregiões cearenses. Para tanto, utilizou-se como principais fontes de informação os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os resultados revelaram que o urbano da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza, ainda é o principal destino dos migrantes das demais mesos, porém tal atratividade tem se reduzido. Já a mesorregião Norte Cearense apresentou-se como o principal destino dos migrantes que preferem o meio rural. Ademais, as mesorregiões do interior cearense estão ganhando população através da reversão dos saldos negativos, como é o caso do Sul Cearense e Noroeste Cearense.

MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO RURAL NAS MESORREGIÕES CEARENSES

1 INTRODUÇÃO

Devido à crise internacional de 1929, com a nítida consolidação da indústria doméstica e unificação do capital e trabalho, reduziu-se significativamente o fluxo migratório internacional, mas em contrapartida intensificou-se a migração dentro do próprio país (AYDOS, 2010). Assim, o governo brasileiro passou a incentivar a mobilização interna da população, tendo como destaque o fluxo migratório rural-rural, promovido pela expansão das fronteiras agrícolas, bem como o fluxo rural-urbano, impulsionado pelos novos padrões de urbanização, articulados pelo processo de industrialização (AYDOS, 2010).

O significativo crescimento apresentado pela economia brasileira a partir da década de 1950 até o final dos anos 1970, deveu-se aos investimentos realizados no setor industrial, que gerou significativos graus de urbanização e, em contrapartida, desequilíbrios estruturais entre as regiões do país (PATARRA, 2003). Diante desse cenário, historicamente a região Nordeste caracteriza-se pela perda líquida de população tanto da área urbana quanto da área rural, com destino principalmente para as regiões de maior dinamismo econômico, como as regiões Sul e Sudeste (CAMARANO, 2016).

Por sua vez, devido a recessão econômica pela qual passava o Brasil nos anos de 1980, a região Nordeste registrou significativa redução do seu saldo migratório negativo, visto que conteve tanto seu fluxo emigratório quanto passou a receber maior volume de imigrantes, especialmente de retornados, da região Sudeste. Foram destaque deste fenômeno migratório os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará que, a grosso modo, tornaram-se centros recebedores de população de outras Unidades da Federação (CAMARANO, 2016; QUEIROZ, 2013).

No caso do Ceará, estado alvo desse estudo, a evasão migratória apresentava-se como uma característica histórica e prolongada (1930-1980), dados os gargalos econômico e social desta Unidade da Federação. É válido destacar que a década de 1960 foi marcada pela expressiva marcha para as regiões mais desenvolvidas do país, e também para estados vizinhos (Piauí e Maranhão), com o objetivo de contornar os problemas climáticos e as desigualdades dentro do estado, como a concentração fundiária. Mas a partir dos anos 1980, especialmente os fluxos migratórios para o estado de São Paulo se arrefecem significativamente, devido as transformações no âmbito político, econômico e institucional vivenciados pelo Ceará, que incorreram no melhoramento da taxa de crescimento do PIB bem como na geração de empregos (QUEIROZ, 2013).

A partir desse contexto, a incessante necessidade de diversificação tanto das atividades no campo quanto no interior das famílias rurais condicionou a configuração de um novo rural. Assim, o desenvolvimento rural figura como um método analítico que demonstra as transformações no meio rural e as implicações destas sobre o bem-estar da

população que nele reside (SILVA; GROSSI, 2001). Essas transformações, por sua vez, podem afetar a distribuição espacial da população, tendo como efeito profundas mudanças tanto na sociedade quanto no território, já que haverá novos fluxos financeiros, culturas e atividades produtivas de outras regiões.

Portanto, a presente pesquisa tem como principal objetivo analisar a relação entre as migrações e o desenvolvimento rural nas mesorregiões cearenses, sendo uma problemática de grande relevância tanto para o meio acadêmico quanto para as entidades públicas na elaboração de políticas públicas. Ademais, não se conhece estudos sobre o fluxo migratório inter-mesorregional cearense por situação de domicílios, especialmente a partir de três Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

2 POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E NO CEARÁ NAS DÉCADAS DE 1980, 1990 E 2000

2.1 Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural Brasileiro nas Décadas de 1980, 1990 e 2000

Tendo em vista as adversidades apresentadas nas décadas 1980, 1990 e 2000, e as ações de cunho social e/ou político, perfazendo três gerações de políticas públicas para atenuar os problemas que se faziam presentes no meio rural brasileiro, é válido apresentar resumidamente as medidas/programas voltados para o desenvolvimento rural no país.

O Quadro 1, expõe sinteticamente as ações governamentais e sociais em prol do bem-estar dos residentes no meio rural brasileiro durante as décadas de 1980, 1990 e 2000.

Quadro 1: Síntese das ações governamentais e sociais voltadas para o desenvolvimento rural brasileiro nas décadas de 1980, 1990 e 2000 - Brasil

DÉCADA DE 1980	DÉCADA DE 1990	DÉCADA DE 2000
<ul style="list-style-type: none"> • Políticas agrícolas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Modernização do campo; ○ Atividades não-agrícolas; ○ Urbanização • Novo aparelho sindical: <ul style="list-style-type: none"> ○ Organização sindical rural • Movimentos sociais: <ul style="list-style-type: none"> ○ MIRARD; ○ CONTAG; ○ CUT; ○ MST; ○ PNRA; ○ PROCERA; ○ CNS; ○ MAB 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas sociais e assistencialistas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Programa Comunidade Solidária • Políticas agrícolas: <ul style="list-style-type: none"> ○ PRONAF • Políticas agrárias: <ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento da criação de assentamentos rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas sociais e assistencialistas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Bolsa Escola; ○ Bolsa Alimentação; ○ Cartão Alimentação; ○ Auxílio Gás; ○ Projeto Fome Zero; ○ PBF; ○ PNHR; ○ Aposentadorias e pensões rurais; ○ PRONACAMPO; ○ BSM; ○ Programa Luz Para Todos. • Políticas agrícolas: <ul style="list-style-type: none"> ○ PGPM; ○ PGPAF; ○ SAEF; ○ P1MC; ○ P1+2; ○ Plano Safra.

<ul style="list-style-type: none"> • Políticas agrárias: <ul style="list-style-type: none"> ○ Assentamentos rurais 		<ul style="list-style-type: none"> • Políticas agrárias: <ul style="list-style-type: none"> ○ Infraestrutura e a ATER • Políticas de segurança alimentar, nutricional e sustentabilidade ambiental: <ul style="list-style-type: none"> ○ PAA; ○ PNAE; ○ Bolsa Verde • Política de valorização do salário mínimo
--	--	---

Fonte: Organização a partir da revisão de literatura (BRITO, 2013; SABINO, 2013; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Observa-se que na década de 1980, mesmo em um cenário marcado por crise econômica, com o aumento dos juros da dívida externa e processo inflacionário, os movimentos sociais e sindicatos rurais se organizaram e se fizeram presentes na luta pela retomada do tema do desenvolvimento rural, o qual se encontrava no esquecimento. Nesta década foram realizadas políticas agrícolas, com foco na modernização do campo, organização sindical agrária, movimentos sociais, e políticas agrárias com a criação de assentamentos rurais (Quadro 1).

Contudo, mesmo com a retomada do tema durante os anos 1980, a década de 1990 foi ainda pior para as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural brasileiro. Já que somente 3 programas foram realizados, como o Programa Comunidade Solidária, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e a política agrária, com a intensificação/criação dos assentamentos rurais.

Durante a década de 1990, o governo priorizou o enxugamento das contas públicas, por meio de medidas neoliberais, para favorecer o Produto Interno Bruto e o pagamento da dívida externa. Assim, não foi dada atenção as classes sociais mais vulneráveis, as quais estavam sujeitas a conjuntura da época, conhecida pelas altas taxas de desemprego, devido a introdução de medidas de flexibilização, no contexto da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. Ainda assim, para conter os conflitos sociais, foram desenvolvidas políticas de cunho agrícola e agrário, que beneficiaram em grande medida o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar.

Quanto aos anos 2000, as políticas de cunho social e assistencialista, que se iniciaram na década de 1990, foram intensificadas a partir da primeira década do século XXI, precisamente no ano de 2003, juntamente com as políticas voltadas para a segurança alimentar e nutricional e sustentável da população, implementadas pelo governo empossado neste ano.

Portanto, constata-se que foi na década de 2000 que mais foi feito pelo desenvolvimento rural brasileiro, sendo influenciada em maior ou menor medida pela situação favorável em que o Brasil se encontrava no início dessa década, permitindo ao governo viabilizar um conjunto significativo de políticas focalizadas para o meio rural. Dessa forma, constatou-se a criação de 22 políticas, englobando os três vieses já mencionados,

com foco maior nas de cunho social de transferências de renda, reiteradas pelas políticas agrícolas e pelos programas de cunho alimentar, nutricional e de sustentabilidade ambiental. A criação/implementação de políticas e programas para o bem-estar social no rural brasileiro, esteve de perto influenciada pelo cenário macroeconômico nacional que, por sua vez, dependia da conjuntura econômica externa, dada de maneiras distintas nas décadas em apreço.

2.2 Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural no Estado do Ceará nas Décadas de 1980, 1990 e 2000

Em 1985, no Ceará, foi criado o programa Promovale (Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe) que apoiava a produção agrícola privada irrigada, nas várzeas dos rios Jaguaribe, Quixerê e Banabuiú. Além disso, uma outra atuação do Estado em prol da irrigação foi a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação, em 1986. Nesse período, a modernização da agricultura já era considerada um elemento promissor de crescimento econômico, gerando a necessidade de estimular a produtividade e a competitividade da agricultura estadual para competir em nível nacional, até mesmo global (FERREIRA et al., 2006; HOLANDA, 2006).

Em 1987, as medidas adotadas pelo Governo Estadual para lidar com o atraso e promover a inserção produtiva do Estado em nível global, tinha como base o tripé agronegócio-indústria-turismo. Dessa forma, apresentavam-se, em síntese, quatro vieses de políticas que promoveriam estes três pilares: i) a política de gestão dos recursos hídricos; ii) a política de agricultura irrigada; iii) a política industrial; e iv) a política de reorganização espacial (LIMA JÚNIOR, 2014).

No intuito de resolver as questões que intensificaram a pobreza rural, como a concentração de terras, falta de acesso a água e ao crédito rural, que conforme Leite (2006), é um dos piores entraves ao desenvolvimento econômico cearense, o governo cearense (1987-1990) adotou três prioridades: i) reforma agrária, baseada não somente na distribuição democrática das terras, mas também com disponibilização de apoio técnico e financeiro; ii) implantação de programas de irrigação, para aumento da produtividade e, conseqüentemente, do emprego; e iii) apoio governamental a piscicultura artesanal (HOLANDA, 2006).

No que tange a reforma agrária, de 1970 a 1990 foram identificadas apenas duas tentativas de desocupação de terras para fim desta reforma, sendo em 1971, no município de Quixadá a primeira desapropriação articulada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ainda no Governo Médice. Já a segunda foi constatada em 1989, na fazenda São Joaquim, no município de Madalena, desta vez articulada pelo MST (Movimento Sem Terra). Vale destacar uma terceira desapropriação que teve seu processo iniciado no primeiro Governo de FHC (1995-1998), porém as terras para onde as pessoas eram direcionadas não tinham capacidade de produção, eram infertéis, que por sua vez beneficiavam apenas aos proprietários que tinham laços políticos com o INCRA (HOLANDA, 2006).

Quanto as políticas para reduzir os efeitos climáticos, o governo adotou a implementação de programas de irrigação como segunda prioridade, os quais se fazem mais presentes a partir de meados dos anos 1990.

O agronegócio, por sua vez, foi privilegiado fortemente nessa etapa do processo de modernização do Estado. O clima favorável a algumas culturas, como o melão, manga e banana, foram uns dos ramos beneficiados (LIMA JÚNIOR, 2014). A gestão política dos recursos hídricos do Estado foi articulada pela Secretaria de Agricultura Irrigada – SEAGRI, criada em 1999, juntamente com a Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, criada em 1993 (ELIAS, 2003). “Com isto, foram ampliadas as áreas de perímetros irrigados em todo o Estado e posteriormente, outros órgãos governamentais se juntaram na gestão destas políticas e no gerenciamento mais geral dos agropolos” (Lima Júnior, 2014, p. 99), onde, estes últimos são reconhecidos como os espaços dinâmicos do Ceará, potenciais para promoção e expansão da modernização da agricultura capazes de inserir o Estado na lógica produtiva global (ELIAS, 2003).

É válido destacar que conforme Lima Júnior (2014), as ações em prol da modernização agrícola cearense, em que se verificava a atuação mais focalizada nos agropolos, foram orientadas/sistematizadas pelo Programa Cearense de Agricultura Irrigada (PROAGRI) da SEAGRI.

Segundo Lima Júnior (2014, p. 98-99),

[...] grande parte das ações foram sistematizadas através de unidades territoriais de planejamento e gestão, com a constituição dos denominados “agropolos”. As principais regiões focalizadas foram: o Médio Vale do Rio Jaguaribe (na Mesorregião Jaguaribe), o Vale do Rio Acaraú (na Mesorregião Noroeste Cearense), as áreas úmidas das Serras da Ibiapaba (também na Mesorregião Noroeste), Serra de Baturité (na Mesorregião Norte), Chapada do Araripe (na Mesorregião Sul) e a atenção maior esteve mesmo para a inserção internacional pela oferta de frutas.

A forma de atuação do Governo Estadual para reduzir a pobreza rural e promover o crescimento econômico em 1990, ainda tem como pressuposto o tripé econômico, estabelecendo um processo de crescimento simultâneo entre a agropecuária e os setores industriais e o de serviços (HOLANDA, 2006).

Em meados dos anos 1990 foi criado o primeiro Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural (I PIDR) do estado do Ceará, tendo como vigência o período de 1995 a 1998. No intuito de reduzir a pobreza rural e garantir ao homem do campo condições dignas de vida, esse Plano se fazia em três linhas de frente: 1) o Projeto São José; 2) a Organização Fundiária; e 3) o Prorenda Rural (HOLANDA, 2006).

Dessas três linhas de frente, o Projeto São José (PSJ) é considerado o mais expressivo das ações realizadas pelo Ceará, em função da redução das desigualdades sociais e no combate a pobreza no campo. O PSJ, por sua vez, é tido como a continuação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), o qual foi extinto em 1995. Ademais, esse projeto foi acordado entre o estado do Ceará e o Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento (BIRD), sem nenhuma participação financeira da União, correspondendo a um montante de US\$ 116.700.000,00 (HOLANDA, 2006).

Derivado do PSJ, o Programa Reforma Agrária Solidária, criado em 1997, teve como objetivo integrar as atividades produtivas e os serviços de infra-estrutura no Estado. As terras tidas como férteis e vetadas pelo INCRA serão as contempladas pelo programa. Dessa forma, os trabalhadores que não possuem terra e minifundiários, reorganizados em associações, poderão negociar diretamente a compra do seu leito de terra para moradia e cultivo (LEITE, 2006).

Em 1998 foi elaborado o primeiro Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), que tinha como principais objetivos “[...] resolver os problemas econômicos sociais das comunidades do interior de forma sustentável, além de promover o aumento acentuado nos índices de produtividade e queda na flutuação anual da produção agropecuária” (BRITO, 2013, p.32).

O segundo Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural (II PIRD), com vigência de 1999 a 2002, segundo Ceará (1999, p. 11), esse plano baseia-se no “[...] princípio do crescimento e da modernização da agricultura numa estratégia de desenvolvimento equilibrado. Neste sentido, é uma proposta de combate à pobreza, e melhoria da distribuição de renda e da geração de emprego no quadro atual” (CEARÁ, 1999, p. 11). Segundo Holanda (2006, p. 37), “A agricultura familiar será o foco principal da ação do governo, pois, paradoxalmente, ela registra cerca de 70% do emprego agrícola no Ceará e, ao mesmo tempo, enfrenta os maiores problemas de subdesenvolvimento”.

O II PIDR, por sua vez, é considerado como uma “[...] constatação crítica de que o “Governo das Mudanças”, há quatorze anos no poder, vem tratando a economia rural do Ceará de forma prejudicial” (HOLANDA, 2006, p. 37). Embora seja muito difícil combater o subdesenvolvimento rural cearense, “[...] tudo indica que a próxima década será dedicada à reversão da situação de pobreza reconhecida como inaceitável nestes dias de globalização e competitividade” (LEITE, 2006, p. 19).

Antes de elaborar a solução para o problema é necessário estabelecer quais são os gargalos que impedem o desenvolvimento rural no Estado (SABINO, 2013). De acordo com Brito (2013, p. 17), são várias as restrições:

baixa formação escolar da população; carência de serviços de distribuição de água e saneamento básico, baixa qualificação de mão de obra; fragilidade das relações entre agricultura e mercado; baixo nível de capital social nos assentamentos rurais; dificuldade de acesso ao crédito; vulnerabilidade climática; escassez de assistência técnica (difusão de conhecimentos técnicos); baixa capitalização (recursos de capital); distorções na utilização da terra; baixos níveis de produtividade, entre outros.

Tendo em vista estes entraves, as políticas adotadas pelo Governo Federal refletiram significativamente no desenvolvimento rural do estado do Ceará, com quedas significativas no nível de vulnerabilidade social e econômica da população do campo. Dessa forma, o bom desempenho do meio rural cearense somente foi possível devido a consonância com as

políticas do Governo Federal, o qual ampliou a oferta de políticas a partir da década de 2000. Ressaltasse assim, algumas dessas ofertas: as políticas de infraestrutura, como o Luz para Todos, a construção de cisternas; as políticas sociais, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida; e as políticas para a agricultura familiar, como o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar, e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) (BRITO, 2013; SABINO, 2013).

No início dos anos 2000, precisamente em 2003, no intuito de territorializar o espaço rural brasileiro, foi desenvolvido o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). No Ceará, esse programa somente foi consolidado a partir de 2007, tendo como resultado a completa territorialização do espaço rural do estado, onde ficou estabelecida a divisão deste espaço em 13 territórios: Baturité; Cariri; Centro Sul e Vale do Salgado; Inhamuns Crateús; Metropolitano; Litoral Extremo Oeste; Litoral Leste; Serra de Ibiapaba; Sertão Central; Sertões de Canindé; Sobral; Vale do Jaguaribe; e Vales do Curu e Aracatiçu (SABINO, 2013). A divisão espacial do estado em territórios rurais foi uma estratégia que facilitou a atuação governamental em nível local através, especialmente, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) (CEARÁ, 2012).

Para auxiliar na coordenação destes espaços, foi criado, em 2008, pelo Governo Federal, o Programa Territórios da Cidadania (PTC), com o objetivo central de superar a pobreza através da inclusão social e proteção ao meio ambiente. Como esse programa atende as regiões mais necessitadas/vulneráveis, onde as disparidades sociais são maiores, ele é utilizado como canalizador das políticas públicas já existentes (CANUTO, 2012).

A estratégia do programa busca promover a articulação e a gestão, descentralizada e participativa, de ações para alcançar o desenvolvimento social e sustentável das populações que vivem em territórios rurais de todo o país. Tem como objetivo apoiar e fortalecer, nos territórios, capacidades sociais de autogestão dos processos de promoção do desenvolvimento, nos quais as próprias organizações dos agricultores (as) familiares e dos(as) trabalhadores(as) rurais protagonizem as iniciativas. Trata-se de uma ação do governo federal dirigida para regiões rurais nas quais se constroem, historicamente, relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas (CANUTO, 2012, p. 39).

Visto que no Ceará o maior número de estabelecimentos confere a agricultura familiar (cerca de 89% dos estabelecimentos) em detrimento da agricultura patronal, esta figura-se como a protagonista das ações do Estado na década de 2000 (SABINO, 2013). Embora a agricultura familiar e a reforma agrária tenham tido maior atenção no período em que vigorou o governo 'mudancista' (1986-2006), este priorizou, nestes 20 anos, a agricultura irrigada e investimentos no litoral do estado. Neste contexto, com o objetivo de melhorar o potencial de outros setores, como a agricultura familiar, e outras áreas do estado menos desenvolvidas, foi criado o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), com vigência de 2008 a 2011 (CEARÁ, 2012).

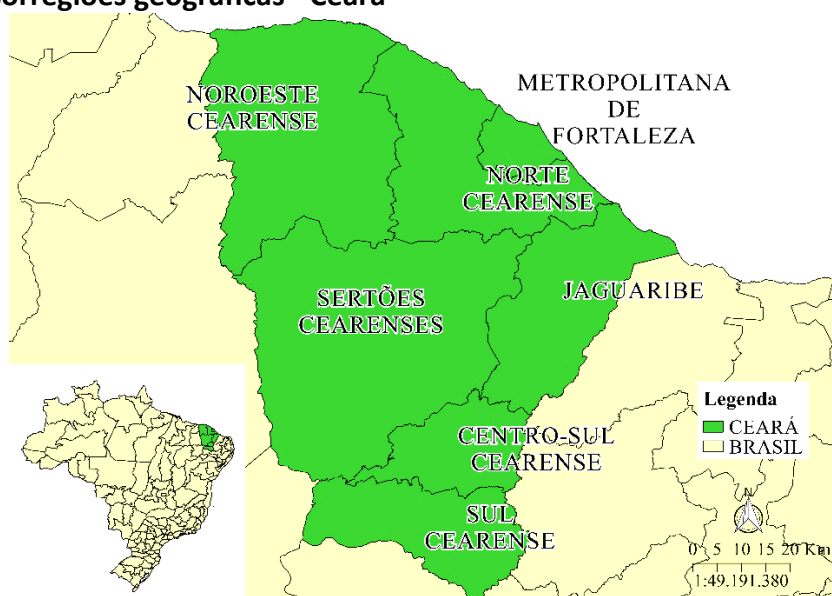
No intuito de avançar nas mesmas perspectivas que o PDRS (2008-2011), cria-se o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDRSS) para o período de 2012-2015, sob a liderança da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) (CEARÁ, 2012).

Portanto, as políticas adotadas pelo Governo Federal nos anos 2000 foram mais estratégicas devido ao seu nível de focalização e abrangência, ficando basicamente, por parte do Governo do Estado do Ceará, o direcionamento dessas ações as regiões ou territórios mais necessitados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O recorte geográfico desse estudo é o estado do Ceará, que localiza-se no Nordeste brasileiro e é composto por 7 Mesorregiões (Figura 1), as quais totalizam 184 municípios (Tabela 1) e uma população de 8.452.381 habitantes em 2010.

Figura 1: Mesorregiões geográficas - Ceará



Fonte: Malha digital do IBGE - 2010.

Conforme a Tabela 1, constata-se a concentração populacional na metrópole cearense, dado que mais de 40% encontra-se na mesorregião Metropolitana de Fortaleza, composta por apenas 11 municípios, ao passo que os 60% restantes distribuem-se entre os 173 municípios pertencentes as demais mesorregiões.

Tabela 1: Quantidade de municípios nas mesorregiões cearenses e população residente total e por domicílio - 2010

Mesorregiões	Municípios	População residente	População residente (%)	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Noroeste Cearense	47	1.326.771	15,71	59,37	40,63
Norte Cearense	36	1.006.582	11,91	55,69	44,31
Metrop. de Fortaleza	11	3.468.137	41,00	97,10	2,90
Sertões Cearenses	30	869.778	10,30	54,75	45,25
Jaguaribe	21	528.274	6,25	58,35	41,65
Centro-Sul Cearense	14	376.239	4,45	60,51	39,49
Sul Cearense	25	876.600	10,38	70,55	29,45

Total	184	8.452.381	100,00	75,09	24,91
--------------	------------	------------------	---------------	--------------	--------------

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC-CNPq).

No que se refere ao local de domicílio, o estado possui 2.105.824 habitantes no meio rural, correspondente a cerca de 25% da população cearense, e 6.346.557 no meio urbano que, por sua vez, correspondem a aproximadamente 75%.

Quanto ao recorte temporal, o estudo se delimitou em três quinquênios: 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, a partir do quesito data fixa. Já a principal fonte de informações foram os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A respeito das definições adotadas no estudo, para o urbano e o rural foram baseadas nos critérios utilizados pelo IBGE. Outros conceitos foram:

Migrante inter-mesorregional – indivíduo (natural ou não natural) da área em estudo (mesorregiões), com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em uma mesorregião do Ceará, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra mesorregião do estado.

Saldo migratório – representa a diferença entre o total de imigrantes e o de emigrantes.

Para o cálculo do fluxo migratório inter-mesorregional, utilizou-se a matriz migratória elaborada a partir dos 184 municípios, apresentada sumariamente da seguinte forma:

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & \cdots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{j1} & \cdots & a_{jj} \end{bmatrix}$$

a_{ij} = saída do migrante do município i para o município j

$$\sum_{j=1}^n a_{1j} \quad = \text{total de pessoas que emigram (saída) da mesorregião 1 para as demais mesorregiões do estado.}$$

$$\sum_{j=1}^n a_{j1} \quad = \text{total de pessoas que imigram (entrada) das demais mesorregiões do estado para a mesorregião 1.}$$

$$a_{11} = a_{22} = a_{33} = \dots = a_{jj} = 0$$

A partir dessas matrizes é possível mensurar o volume de imigração, emigração e saldos migratórios.

4 MIGRAÇÕES INTERNAS NO CEARÁ: O FLUXO INTER-MESORREGIONAL

4.1 Volume Migratório Inter-mesoregional por Situação de Domicílio - 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

O acelerado processo de urbanização aliado as mudanças institucionais, políticas e econômicas, especificamente a partir do século XXI, influenciaram diretamente o fenômeno migratório, que vem se realizando cada vez mais em menores distâncias, com a intensificação do fluxo intraestadual cearense e arrefecimento no interestadual (BAENINGER, 2012; QUEIROZ, 2013).

No contexto das mesorregiões cearenses, isto pode ser visualizado na Tabela 2, que mostra os fluxos internos no Ceará por situação do domicílio, nos anos de 1991, 2000 e 2010. Em 1991, do número de pessoas que migraram dentro do estado, quase 60% correspondia ao fluxo inter-mesoregional, mas ao passar das décadas essa participação foi arrefecendo, chegando a representar em 2010 pouco mais de 36%. Por situação do domicílio, neste mesmo fluxo, não foi diferente, visto que ambos apresentaram quedas significativas tanto em termos relativos quanto absolutos.

Tabela 2: Fluxos migratórios internos no Ceará por situação do domicílio, intramesorregional e o inter-mesoregional – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Fluxos	1991	(%)	2000	(%)	2010	(%)
Inter-mesoregional	263.175	59,82	173.705	52,28	168.149	36,29
Urbano	221.942	50,45	143.355	43,15	142.757	30,81
Rural	41.233	9,37	30.350	9,13	25.391	5,48
Intramesorregional	176.775	40,18	158.556	47,72	295.197	63,71
Urbano	126.541	28,76	116.142	34,96	232.167	50,11
Rural	50.234	11,42	42.413	12,77	63.030	13,60
Total	439.950	100,00	332.261	100,00	463.345	100,00

Fonte: Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC-CNPq) a partir dos microdados do Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010.

No que tange ao fluxo intramesorregional, este se intensificou ao longo dos três anos em estudos, visto que representava pouco mais de 40% da população migrante do estado em 1991, e chegou a 63,71% em 2010. Quanto a análise por situação do domicílio, tanto o urbano quanto o rural contabilizaram crescimento percentual, com destaque para o meio urbano que aumentou sua participação de 28,76% para 50,11% entre 1991 e 2010.

Portanto, em 1991 e 2000 o fluxo predominante foi o inter-mesoregional, excetuando-se o rural, mas em 2010 o principal fluxo migratório dentro do estado passa a ser o intramesorregional, ratificando o exposto por Baeninger (2012) e Queiroz (2013). Embora este último venha se destacando em detrimento do anterior, este último apresenta peculiaridades que necessitam ser analisadas, como a divisão deste fluxo por situação do domicílio, nos quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.

O fluxo migratório - 1986/1991

A partir da segunda metade dos anos 1980, o Ceará passou a apresentar novas formas de atuação políticas ensejadas pelo ímpeto modernizante, contraposto as tradicionais ações políticas, principalmente para o meio rural (HOLANDA, 2006). As mudanças realizadas no Ceará influenciaram significativamente a distribuição espacial da população estadual.

Ratificando o exposto por Ceará (2012), que coloca a mesorregião Metropolitana de Fortaleza como uma das principais atenções do Governo Estadual, a Tabela 3 mostra sua força de atração urbana. Em 1986/1991, das 221.942 pessoas que imigraram para o urbano no Ceará, quase 69% optaram pela mesorregião Metropolitana de Fortaleza, enquanto as demais mesorregiões não ultrapassaram 7%. Já o número de pessoas que saíram desta mesorregião para o urbano das demais foi pouco mais de 27 mil, resultando em um saldo migratório urbano de 125.036 migrantes, o maior do estado nesse período.

Tabela 3: Volume de imigrantes, emigrantes e saldos migratórios inter-mesorregional, segundo a situação do domicílio - 1986/1991

Mesorregiões		Noroeste Cearense	Norte Cearense	Metropolitana de Fortaleza	Sertões Cearenses	Jaguaribe	Centro-Sul Cearense	Sul Cearense	Ceará
Imig.	Urbana	13.582	15.464	152.249	10.410	7.907	7.081	15.250	221.942
	(%)	6,12	6,97	68,6	4,69	3,56	3,19	6,87	100
	Rural	4.844	11.652	5.236	6.888	4.660	3.969	3.983	41.233
	(%)	11,75	28,26	12,7	16,71	11,3	9,63	9,66	100
Total		18.426	27.116	157.485	17.298	12.567	11.050	19.233	263.175
Emig.	Urbana	42.015	57.877	27.213	38.079	21.800	14.426	20.532	221.942
	(%)	18,93	26,08	12,26	17,16	9,82	6,5	9,25	100
	Rural	5.017	7.585	11.240	7.343	3.594	2.460	3.994	41.233
	(%)	12,17	18,4	27,26	17,81	8,72	5,97	9,69	100
Total		47.032	65.462	38.453	45.422	25.394	16.886	24.525	263.175
Saldos	Urbano	-28.434	-42.413	125.036	-27.669	-13.893	-7.345	-5.282	-
	Rural	-173	4.067	-6.004	-455	1.066	1.509	-11	-
	Total	-28.607	-38.346	119.032	-28.124	-12.827	-5.836	-5.293	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC-CNPq) a partir dos microdados do Censo Demográfico, 1991.

No tocante a migração rural da mesorregião Metropolitana de Fortaleza, dos 41.233 migrantes rurais cearenses, 12,70% (5.236) imigraram para ela, ao passo que saíram desta mesorregião mais de 11 mil (27,26%) para o rural das demais mesorregiões do estado. Dessa forma, o seu saldo migratório rural foi negativo em 6.004 migrantes.

Ao analisar o saldo migratório total, é possível visualizar a expressiva força de atração que exerce a Metropolitana de Fortaleza em relação as demais mesorregiões, já que apresentou um saldo de mais de 119.000 migrantes e que, a grosso modo, as que localizam-se mais próximas a ela tendem a apresentar saldos negativos, como é o caso do Norte Cearense (-38.346) que é sua limítrofe.

Por outro lado, a mesorregião que apresentou a menor participação no volume de imigrantes e emigrantes do estado, tanto no urbano quanto no rural, foi o Centro Sul Cearense. O número de imigrantes urbanos foi apenas de 3,19% (7.081), ao passo que o número de saídas para o urbano de outras mesorregiões foi quase o dobro (6,50% correspondente a 14.426), resultando, em um saldo migratório negativo de mais de 7.300 pessoas.

Enquanto isso, nesta mesma mesorregião, 3.969 (9,63%) migrantes do estado chegaram no domicílio rural, e 2.460 (5,97) pessoas emigraram para o rural das demais mesorregiões do estado. Dessa forma, o saldo migratório registrado para o rural foi positivo em mais de 1.500 pessoas. Esse bom resultado, pode estar relacionado com as características de produção agrícola tradicional dessa mesorregião, que teve como carro chefe a produção de arroz e algodão herbáceo, e que nos anos 1990 registrou uma das maiores participações na produção estadual, cerca de 35% e 32%, devido, especialmente, ao município de Iguatu por ter apresentado significativo desempenho na produção de arroz no período (LIMA JÚNIOR, 2014). Assim, no que se refere ao saldo migratório total, este foi negativo em 5.836 migrantes, um dos menores do estado, devido ao significativo saldo negativo apresentado pelo urbano.

A mesorregião Norte Cearense, por sua vez, destacou-se por apresentar a maior participação no número de emigrantes urbanos e imigrantes rurais do estado. Ingressou na área urbana da referida mesorregião 15.464 (6,97%) pessoas, mas emigraram 57.877 (26,08%) para a área urbana das demais mesorregiões cearenses, o que lhe garantiu um saldo migratório urbano negativo de mais de 42.400 pessoas, o maior do estado. Esse resultado pode estar relacionado com a proximidade dessa mesorregião com a mesorregião Metropolitana de Fortaleza, a qual, segundo Ceará (2012), concentrou boa parte dos investimentos do governo, principalmente no setor urbano-industrial, causando a macrocefalia deste espaço. Já na área rural ingressaram 11.652 (28,26%) pessoas, ao passo que saíram 7.585 (18,40%) migrantes para outras áreas rurais das outras mesorregiões, garantindo-lhe um saldo migratório positivo de mais de 4.000 migrantes. O saldo migratório rural positivo dessa mesorregião não foi suficiente para fazer frente as significativas perdas migratórias urbanas, assim, o saldo migratório total foi negativo em mais de 38.300 migrantes, o maior saldo negativo do estado.

No que concerne a mesorregião Noroeste Cearense, foram registrados 13.582 (6,12%) migrantes que preferiram o urbano desta mesorregião e 42.015 (18,93%) que se destinaram ao urbano de outras mesorregiões. Dessa forma, o saldo migratório urbano auferido foi negativo (-28.434 pessoas). Já a dinâmica migratória no rural apresentou uma menor perda, visto que o número de entradas foi próximo ao de saídas - pois o número de imigrantes foi de 4.844 (11,75%), contra 5.017 (12,17%) emigrantes, que optaram pelo rural de outra mesorregião, - contabilizando um saldo negativo de 173 migrantes. É pertinente destacar que, segundo Baeninger (2012), o intenso vai-e-vem da população, pode implicar na reversão desse saldo negativo. Como o estado, nesse período, ainda está passando pelo processo de reestruturação produtiva, tendo um dos eixos dessa pauta a modernização agrícola, para tanto, essa mesorregião é uma das que apresenta elementos potenciais, como os recursos hídricos da Serra do Ibiapaba e o vale do Rio do Acaraú (LIMA JÚNIOR, 2014). Por

fim, ao somar o saldo migratório urbano com o rural, obteve-se um saldo migratório total negativo em 28.607 migrantes.

A mesorregião Sertões Cearenses é a que apresenta o maior nível de vulnerabilidade social e econômica do estado dado o seu baixo índice de precipitação pluviométrica, propiciando em pouca escala a produção agrícola e em uma maior escala a criação de ovinos e caprinos, bem como o aproveitamento do leite desses rebanhos (LIMA JÚNIOR, 2014).

Então, talvez por as oportunidades estarem mais presentes no campo do que na cidade, essa mesorregião registrou uma entrada de 10.410 (4,69%) pessoas no urbano e saída de mais de 38.079 (17,16%) migrantes para a área urbana das outras mesorregiões. Dessa forma, o saldo migratório urbano foi negativo, chegando a quase 27.670 pessoas. Já no meio rural, esse saldo foi menor, visto que o número de pessoas que chegaram no campo foi de 6.888 (16,71%), e as que saíram para o rural das outras mesorregiões foi de 7.343 (17,81%), tendendo, a reversão do seu saldo migratório, que ficou negativo em 455 migrantes. Ao realizar o somatório dos saldos migratórios, urbano e rural, essa meso apresentou o terceiro maior saldo migratório negativo do estado, no valor de 28.124 pessoas.

No que tange a mesorregião do Jaguaribe, apenas 7.907 (3,56%) migrantes ingressaram no urbano, ao passo que mais do triplo desse valor (21.800 migrantes, correspondentes a 9,82%) saíram desta mesorregião para o urbano das demais mesorregiões do estado, o que resultou em um saldo migratório negativo de 13.893 pessoas. Quanto a migração rural, a mesma registrou uma atração de mais de 4.600 (11,30%) pessoas, ao passo que saíram 3.594 (8,72%). Assim, ao fazer o balanço das entradas e saídas do rural, foi possível auferir um saldo migratório positivo de 1.066 migrantes, tendo com um dos grandes contribuintes, os vultos recursos hídricos que existem no interior da referida mesorregião, a qual possui uma das áreas rurais de maior potencial econômico do estado, inseridos, especialmente, na ótica do agronegócio, a partir do beneficiamento da produção de frutas (CHAVES; SERGIANO, 2009). Em se tratando do saldo migratório total, a mesorregião em questão, por ter apresentado um saldo migratório urbano negativo elevado e um saldo migratório rural positivo baixo, foi registrando um saldo migratório total negativo em mais de 12.800 migrantes.

No que concerne a mesorregião do Sul Cearense, a mesma contabilizou uma entrada de 15.250 (6,87%) pessoas no meio urbano, ao passo que saíram mais de 20.500 (9,25%) pessoas, resultando, da dedução das entradas e saídas, em um saldo migratório negativo de 5.282 migrantes. Embora essa mesorregião tenha uma substancial diversificação produtiva, no que se refere ao setor agropecuário, devido a Chapada do Araripe e, também Rio Salgado, esta não apresenta nenhum produto que venha a se destacar em nível estadual. Ainda assim, o número de entradas (3.983, referente a 9,66%) no meio rural foram próximas as saídas (3.994, referente a 9,69%) desta mesorregião para a área rural das outras seis, que, por sua vez, resultou no menor saldo migratório negativo do estado (-11). Pondo em questão a possível reversão deste saldo em positivo no próximo quinquênio (1995/2000).

Por fim, após somar os saldos migratórios urbano e rural da referida mesorregião, pode-se auferir o menor saldo negativo entre as demais do estado (-5.293). Nesta

mesorregião, encontram-se os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR), os quais apresentam potencialidades e/ou especificidades que podem vir a reverter ou atenuar esse saldo migratório negativo, com o turismo religioso, hospitais, universidades, comércio, indústria e serviços de lazer (QUEIROZ, 2014).

O fluxo migratório - 1995/2000

A nova articulação do Estado frente aos problemas no meio rural, bem como no urbano, repercutiu na dinâmica migratória entre as mesorregiões cearenses, como pode ser observado na Tabela 4. Vale destacar que entre o quinquênio anterior (263.175, em 1986/1991) e este, ocorreu um arrefecimento no fluxo migratório inter-mesorregional, o que explica a queda absoluta no saldo da maioria das mesos.

Tabela 4: Volume de imigrantes, emigrantes e saldos migratórios inter-mesorregional, segundo a situação do domicílio - 1995/2000

Mesorregiões		Noroeste Cearense	Norte Cearense	Metropolitana de Fortaleza	Sertões Cearenses	Jaguaribe	Centro-Sul Cearense	Sul Cearense	Ceará
Imig.	Urbana	14.264	17.793	82.371	9.229	7.686	5.355	6.658	143.355
	(%)	9,95	12,41	57,46	6,44	5,36	3,74	4,64	100
	Rural	5.341	10.369	2.316	4.900	3.866	2.314	1.243	30.350
	(%)	17,6	34,17	7,63	16,15	12,74	7,62	4,09	100
	Total	19.605	28.162	84.687	14.129	11.552	7.669	7.901	173.705
Emig.	Urbana	18.954	33.223	40.383	22.146	12.303	7.594	8.753	143.355
	(%)	13,22	23,18	28,17	15,45	8,58	5,3	6,11	100
	Rural	2.640	3.838	14.498	4.178	1.801	1.524	1.870	30.350
	(%)	8,7	12,65	47,77	13,77	5,93	5,02	6,16	100
	Total	21.594	37.061	54.881	26.325	14.104	9.118	10.623	173.705
Saldos	Urbano	-4.690	-15.430	41.988	-12.918	-4.617	-2.238	-2.095	-
	Rural	2.701	6.531	-12.182	722	2.065	790	-627	-
	Total	-1.989	-8.899	29.806	-12.196	-2.552	-1.449	-2.722	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC-CNPq) a partir dos microdados do Censo Demográfico, 2000.

Do volume migratório inter-mesorregional (173.705), 143.355 pessoas imigraram para o urbano no estado, e desse total, pouco mais de 57% (82.371) preferiram a mesorregião Metropolitana de Fortaleza, que comparado ao período anterior é observado um declínio em cerca de 12% da sua força de atração urbana. Esse resultado deve-se a interiorização produtiva, induzida pelos benefícios fiscais, especialmente para o setor industrial, que possibilitou transformações estruturais na rede urbana das demais mesorregiões, (re)estruturando e/ou moldando novos centros com potencial econômico (OLIVEIRA, 2008).

Quanto a migração rural desta mesorregião, dos 30.350 migrantes que ingressaram no rural cearense, apenas 7,63% (2.316) imigraram para ela, ao passo que saíram mais de 47% (14.498) para o rural das demais mesorregiões do estado. Dessa forma, o seu saldo migratório rural foi negativo e mais que o dobro do registrado no período anterior.

Ao analisar o saldo migratório total, é possível visualizar a expressiva queda da força de atração da Metropolitana de Fortaleza em relação as demais mesorregiões, visto que o seu saldo migratório total caiu para cerca de $\frac{1}{4}$ em relação ao período anterior, mas permanece como a única mesorregião com saldo migratório positivo.

A mesorregião do Centro-Sul Cearense ainda apresenta algumas das menores participações no volume de imigrantes e emigrantes, em ambos os domicílios, do estado. O volume de migrantes que se inseriram no espaço urbano desta mesorregião foi de 5.355, ao passo que as saídas para o urbano das demais foi de 7.594, resultando em um saldo migratório negativo de mais de 2.200 migrantes. Vale destacar que este saldo, embora tenha sido negativo, foi consideravelmente menor que o apresentado no período anterior (-7.345). Quanto ao número de migrantes que chegaram no domicílio rural, desta mesma mesorregião, foi de 2.314 (7,62%) migrantes, enquanto emigraram para o rural das demais mesorregiões 1.524 (5,02%) pessoas. Dessa forma, o saldo registrado foi de 790, menor em relação ao apresentado no quinquênio anterior (1.509).

Ao verificar o saldo migratório total desta mesorregião foi possível observar uma redução em seu saldo negativo. Assim, neste período (1995/2000) a mesorregião Centro-Sul Cearense se destacou por apresentar a menor perda migratória (-1.449) em relação as outras mesorregiões com saldo negativo. Embora tenha apresentado poucas mudanças estruturais de 1985 a 1995, esta mesorregião foi beneficiada pelo bom desempenho da indústria calçadista no estado, que entre 1986 e 1997, proporcionou um crescimento em mais de 600% no número de empregos gerados formalmente. Também se destaca nessa região a produção de arroz e a pecuária, com a produção de leite, criação de bovinos de corte e de aves, mas tem destaque o município de Iguatu, com a produção calçadista, moveleira e atividade de serviços (FERREIRA et. al, 2006; PEREIRA JÚNIOR, 2012; SEADE, 2018).

No que tange a mesorregião do Norte Cearense, esta apresentou avanços no seu saldo migratório negativo ao reduzir suas perdas em quase 28 mil migrantes, melhora relacionada a diminuição das emigrações, devido ao maior volume de investimentos industriais nesta mesorregião, especialmente nos municípios de Canindé e Cascavel, proporcionando uma maior geração de empregos nessa mesorregião do ano de 1986 a 1996 (SEADE, 2018). Já na migração para o domicílio rural, essa mesorregião continua sendo a principal escolha dos migrantes do estado, ao registrar 34,17% (10.369) dos migrantes rurais. Em contrapartida, o número que saiu desta mesorregião para as demais foi de 3.838 (12,65%) migrantes. O saldo, portanto, foi de 6.531, sendo o maior do estado com relação ao domicílio rural. Como o rural não é necessariamente agrícola, este pode ter sido beneficiado tanto pela entrada de atividades não-agrícolas, quanto pela proximidade das atividades econômicas urbanas ao espaço rural (SILVA; GROSSI, 2001). O saldo migratório total, por sua vez, melhorou expressivamente, visto que reduziu suas perdas de 38.346 migrantes, no período anterior, o maior já registrado no estado, para 8.899.

No urbano do Noroeste Cearense ingressaram 14.264 (9,94%) migrantes, e saíram aproximadamente 19 mil pessoas, resultando em saldo migratório urbano negativo (-4.690), porém muito menor do que no quinquênio anterior (-28.434). Pode ter ajudado na redução dessas perdas, a geração de empregos formais em alguns setores específicos, como o

industrial, serviços de utilidade pública e extração mineral, especificamente nos municípios de Sobral e Camocim (SEADE, 2018).

Segundo Ferreira et. al. (2006), a referida mesorregião, em meados da década de 1990, apresenta uma agricultura mais diversificada, visto que é um das menos afetadas pelas irregularidades climáticas e baixa fertilidade dos solos, ainda mais associada a melhoras na base técnica agrícola. Dada essas transformações, é possível que tenha influenciado a sua dinâmica migratória, já que o número de imigrantes rurais (de 5.341 migrantes, referente a 17,60%) foi superior ao de emigrantes (de 2.640 migrantes, referente a 8,70%). Desta maneira, foi obtido um saldo de 2.701 migrantes rurais, contra o saldo negativo de 173 pessoas no período anterior (1986/1991). Assim, foi possível observar a partir do saldo migratório total, redução significativa em suas perdas populacionais (de -28.607 em 1986/1991 para -1.989 em 1995/2000), o que pode ser explicado tanto pela redução no volume do fluxo migratório inter-mesorregional, quanto pelas melhoras dentro dessa mesorregião.

No que tange a mesorregião dos Sertões Cearenses, a imigração para o domicílio urbano foi de 9.229, mas a emigração ainda alcançou o total de 22.146. Assim, o saldo migratório urbano foi o segundo maior negativo do estado (-12.918, em 1995/2000), embora tenha reduzido suas perdas líquidas em mais da metade do registrado no quinquênio anterior (-27.669). As migrações rurais, por sua vez, registraram uma entrada de 4.900 e uma saída para o rural das demais de 4.178 migrantes. O saldo rural que era negativo no quinquênio anterior (-455), tornou-se positivo em mais de 700 migrantes.

Para o saldo migratório total houve significativa redução em relação ao interregno anterior (de -28.124 em 1986/1991, para -12.196 em 1995/2000). A melhora registrada para essa mesorregião, considerada a mais pobre do estado, está ligada ao alcance das políticas públicas a partir de 1995, como o Projeto São José, através do qual a população rural recebeu água e energia elétrica. Com essas benfeitorias, algumas atividades foram potencializadas, como a produção de leite no município de Quixeramobim, uma das maiores bacias leiteiras do estado (TOLEDO; TSUZUKI, 2008).

A mesorregião do Jaguaribe registrou uma entrada de 7.686 (5,36%) migrantes no meio urbano, ao passo que saíram mais de 12.300 (8,58%) pessoas. Sendo assim, o saldo migratório urbano avançou, visto que reduziu suas perdas de 13.893 para 4.617 migrantes, quando comparado com o quinquênio anterior. No meio rural, por sua vez, ingressaram 3.866 (12,74%) migrantes, enquanto saíram para o rural das demais, 1.801 (5,93%) migrantes. Assim, a referida mesorregião aumentou ainda mais a sua força de atração, visto que aumentou o seu saldo migratório rural de 1.066 (1986/1991) para 2.065 migrantes. Esses ganhos populacionais pela mesorregião do Jaguaribe podem estar relacionado ao seu desempenho econômico a partir de 1995, que além do beneficiamento de frutas, cultivo de flores, através dos perímetros irrigados, e o turismo rural, tem-se, nesse período (1995), o início da obra do Açude Castanhão (CHAVES; SERGIANO, 2009; LIMA JÚNIOR, 2014; SEADE, 2018). Assim, observa-se o avanço da mesorregião do Jaguaribe no processo de ocupação do estado, visto que reduziu suas perdas líquidas de -12.827 em 1986/1991, para -2.552 em 1995/2000.

Por fim, registrou-se para o meio urbano da mesorregião Sul Cearense uma entrada de 6.658 migrantes, ao passo que saíram para o urbano de outras mesorregiões 8.753. Mesmo resultando em saldo migratório urbano negativo (-2.095), este reduziu-se em mais de 3.187 migrantes (de -5.282 em 1986/1991). Essa queda pode estar relacionada com os investimentos produtivos/industriais dirigidos para esta mesorregião, especialmente para o município de Crato, que recebeu nesta década a indústria calçadista gaúcha (Grendene) (PEREIRA JÚNIOR, 2012). Além disso, tem o número de empregos formais gerados pelo comércio e construção civil no município de Juazeiro do Norte, chegando a apresentar, neste quinquênio, taxas de crescimento superiores a do estado (SEADE, 2018).

As entradas no meio rural foram de 1.243 migrantes, enquanto saíram para o rural das demais mesorregiões 1.870. Dessa forma, a mesorregião não apresentou melhora em suas perdas migratórias rurais, pois seu saldo negativo saiu de 11 em 1986/1991 para -627 em 1995/2000. Esse aumento das perdas migratórias pode estar relacionado ao bom desempenho apresentado pelas outras mesorregiões. Ao fazer o balanço dos saldos, a referida mesorregião ainda apresentou considerável redução em suas perdas líquidas migratórias totais, saindo de -5.293 migrantes em 1986/1991 para -2.722 no período em análise.

O fluxo migratório - 2005/2010

No quinquênio 2005/2010, como pode ser observado na Tabela 5, o urbano da mesorregião Metropolitana de Fortaleza continua como principal destino dos migrantes urbanos cearenses, já que 51,20% (73.087) destes migrou para tal mesorregião. Já as saídas para o urbano das demais mesos corresponderam a 31,58% (45.084). O saldo urbano registrado foi 28.003. Vale destacar que sua área urbana, apesar de ainda ser atrativa, vem perdendo atratividade, visto que seus ganhos populacionais caíram em mais de 33% (13.985) comparado ao interregno anterior (1995/2000).

Tabela 5: Volume de imigrantes, emigrantes e saldos migratórios inter-mesorregional, segundo a situação do domicílio - 2005/2010

Mesorregiões		Noroeste Cearense	Norte Cearense	Metropolitana de Fortaleza	Sertões Cearenses	Jaguaribe	Centro-Sul Cearense	Sul Cearense	Ceará
Imig.	Urbana	15.806	20.924	73.087	11.098	7.854	5.909	8.081	142.757
	(%)	11,07	14,66	51,2	7,77	5,5	4,14	5,66	100
	Rural	4.350	10.614	1.694	3.600	2.737	1.362	1.034	25.391
	(%)	17,13	41,8	6,67	14,18	10,78	5,37	4,07	100
	Total	20.156	31.537	74.780	14.698	10.590	7.271	9.115	168.149
Emig.	Urbana	18.011	32.084	45.084	19.854	12.760	7.478	7.486	142.757
	(%)	12,62	22,47	31,58	13,91	8,94	5,24	5,24	100
	Rural	1.927	2.360	15.040	2.550	958	1.083	1.473	25.391
	(%)	7,59	9,29	59,23	10,04	3,77	4,27	5,8	100
	Total	19.938	34.444	60.123	22.405	13.719	8.561	8.959	168.149
Saldos	Urbano	-2.205	-11.161	28.003	-8.757	-4.907	-1.569	595	-
	Rural	2.423	8.254	-13.346	1.050	1.778	279	-438	-
	Total	218	-2.907	14.657	-7.707	-3.128	-1.290	157	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC-CNPq) a partir dos microdados do Censo Demográfico, 2010.

Da migração rural cearense (25.391), apenas 1.697 ingressaram no rural da mesorregião Metropolitana de Fortaleza, ao passo que saíram para o rural de outra mesorregião 15.040. Vê-se que a mesorregião continua com saldo negativo (-13.300), inclusive registrando aumento.

O saldo migratório total foi bem menor do que no interregno anterior, caindo de 29.809 (em 1995/2000) para 14.657 migrantes. Vê-se assim uma nova configuração da rede urbana cearense, que foi paulatinamente organizada em novos espaços devido a desconcentração dos investimentos para o interior do estado, cada vez mais independentes da metrópole. Algumas cidades começaram a beneficiar-se dos investimentos, e a absorver ou reter um contingente populacional que anteriormente se dirigia para a metrópole. Dessa forma, as cidades médias tidas como espaços dinâmicos e de forte influência econômica passaram a ser consideradas como “[...] “válvulas de desconcentração” na medida que apresentavam condições atrativas ao capital e a população.” (CONTE, 2013, p. 49).

No meio urbano da mesorregião Centro-Sul Cearense ingressaram cerca de 6 mil dentre os 142.757 migrantes urbanos do estado, enquanto 7.478 emigraram para o urbano das demais mesorregiões cearenses. Logo, o saldo urbano resultante foi negativo em 1.569 migrantes, embora apresente redução das perdas em 669 migrantes, comparado ao interregno anterior (1995/2000). Quanto ao seu rural, foi registrada imigração de 1.362 pessoas, e emigração para o rural das demais mesorregiões de 1.083. Desta maneira, o saldo foi positivo em quase 280 migrantes, mas menor que o do quinquênio anterior (790 em 1995/2000). Em se tratando do saldo migratório total, a mesorregião em questão reduziu suas perdas em 159 migrantes, saindo do saldo de -1.449 (1995/2000) para -1.290 (2005/2010).

Embora não tenha apresentado saldo migratório total positivo, a mesorregião vem apresentando melhoras quanto as suas perdas populacionais. De 2000 para 2010, teve bons resultados na geração de empregos formais, especialmente no ramo industrial, nas atividades de madeira e mobiliário e calçados (SILVA FILHO, 2014). Além disso, destacou-se em 2010 no setor agropecuário, com uma das maiores participações na produção de mel de abelha e a maior produção de arroz no estado (LIMA JÚNIOR, 2014).

O Norte Cearense recebeu 20.924 migrantes no urbano, mas enviou para o urbano das demais mesorregiões 32.084. Assim, suas perdas líquidas no meio urbano foram de 11.160 migrantes, mas com significativa redução comparado ao período anterior. As migrações rurais, por sua vez, registraram uma entrada de 10.614, a maior do estado, e saída para o rural das demais mesos de apenas 2.360. Obteve, portanto, saldo rural positivo de 8.254, representando um leve aumento comparado ao interregno anterior. Quanto ao saldo migratório total, a mesorregião em questão ainda apresentou saldo negativo em 2.907 migrantes, mas com considerável redução em relação a 1995/2000. Essa queda pode estar relacionada aos empregos gerados tanto no setor industrial, especialmente de calçados e de alimentos e bebidas, quanto no ramo agrícola, com o cultivo de algodão herbáceo e banana principalmente, que empregam considerável contingente nesta mesorregião (SILVA FILHO, 2014; LIMA JÚNIOR, 2014).

Para a área urbana do Noroeste Cearense migraram mais de 15.800 pessoas, e emigraram para o urbano das demais mesorregiões mais de 18.000. Como resultado, o saldo urbano foi negativo (-2.205), mas apresentou grande redução comparado ao anterior. A explicação pode estar no maior número de empregos formais gerados pela indústria de calçados, especialmente pela Grendene instalada em Sobral, resultado dos incentivos financeiros do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial) (SILVA FILHO, 2014). Para a área rural imigraram 4.350 pessoas, ao passo que saíram para o rural das demais mesorregiões 1.927. Logo, o saldo resultante foi de 2.423 migrantes, o segundo maior do estado, embora tenha apresentado diminuição quando comparado a 1995/2000. Por fim, observa-se que a mesorregião Noroeste Cearense apresentou significativo avanço em seus ganhos populacionais, visto que saiu de um saldo migratório total negativo (-1.989 em 1995/2000) para positivo em 218 pessoas.

A mesorregião dos Sertões Cearenses contabilizou uma entrada de 11.098 migrantes na área urbana, e uma saída para o urbano das demais mesorregiões de 19.854, resultando em um saldo negativo de 8.757 migrantes, porém com considerável redução comparado ao interregno anterior (-12.918 em 1995/2000). Já no rural, as entradas foram de 3.600, enquanto saíram para o rural das demais mesorregiões 2.550 migrantes, resultando em um saldo migratório de 1.050 migrantes, superior em relação ao período 1995/2000. Quanto ao saldo migratório total, a referida mesorregião registrou um saldo ainda negativo de 7.707 migrantes, mas reduzido em relação a 1995/2000.

A referida região tem boa parte da sua população residindo no meio rural (Tabela 1), além de que mais de 43% da população ocupada está inserida em atividades agrícolas (LIMA JÚNIOR, 2014). Assim, a redução de seu saldo total, especialmente devido ao ganho populacional no rural, está relacionado a atuação do Governo Federal na criação de programas de distribuição de renda, de acesso a água, de escoamento da produção e de habitação rural.

Na mesorregião do Jaguaribe ingressaram 7.854 migrantes na área urbana, e saíram para o urbano das demais mesorregiões 12.760 pessoas. O saldo resultante foi negativo em 4.907 migrantes, registrando aumento das perdas em relação ao período anterior. Quanto a área rural, imigraram 2.737 (10,78%) pessoas e emigraram para o rural das demais mesorregiões 958. Dessa maneira, o saldo migratório rural foi de 1.778 migrantes, também reduzido comparado ao interregno anterior. Portanto, a mesorregião do Jaguaribe foi a única que não apresentou melhoras em seus resultados, o que explica o saldo migratório total negativo de 3.128, maior que o apresentado anteriormente (-2.552 em 1995/2000).

Embora não tenha apresentado bons resultados entre os quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010 e tenha perdido população, o meio rural da mesorregião do Jaguaribe permaneceu com saldo migratório positivo. A diminuição pode ser explicada pela significativa presença do agronegócio nessa mesorregião, que pode ter forçado um contingente populacional a sair do campo e se dirigir para o urbano da própria ou de outra mesorregião (LIMA JÚNIOR, 2014).

No que se refere a área urbana do Sul Cearense, ingressaram 8.081 migrantes, enquanto emigraram para o urbano das demais mesorregiões 7.486, resultando em saldo urbano positivo de 595 migrantes, excelente quando comparado ao interregno anterior (1995/2000), quando o saldo foi negativo em mais de 2 mil migrantes. Já na área rural ingressaram 1.034 migrantes, e saíram para o rural das demais mesorregiões 1.473. Dessa forma, o saldo migratório rural foi negativo em 438 migrantes, mas também apresentou melhoria comparado ao quinquênio 1995/2000 (-627). O saldo migratório total, refletindo a melhora no urbano e no rural, saiu de uma perda migratória de 2.722 pessoas em 1995/2000 para um ganho de 157 no período em análise. Essa queda expressiva nas perdas populacionais pode estar intimamente ligada ao desempenho apresentado pelas potencialidades do Triângulo CRAJUBAR, como o turismo, saúde, educação, comércio e indústria (QUEIROZ, 2014). Vale destacar aqui, por exemplo, o turismo religioso, contexto em que alguns dos romeiros que visitam Juazeiro do Norte, no período de romaria do Padre Cícero, decidem estabelecer residência (CORDEIRO, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto teve como principal objetivo analisar a relação entre migrações e desenvolvimento rural nas mesorregiões cearenses, nos quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.

No que se refere a criação/implementação de políticas e programas para o bem-estar social no rural brasileiro, durante as três décadas analisadas, a última (anos 2000) apresentou o maior número de medidas em prol do desenvolvimento rural nacional, com um total de vinte e duas políticas, ao passo que os anos 1980 e 1990 juntos somaram apenas seis programas. Assim, o bom desempenho econômico e social apresentado pelo Ceará frente as demais UF's brasileiras foi, em grande medida, reflexo da atuação do Governo Federal, especialmente a partir de 2003. Ficando a cargo do Governo do Ceará realizar o direcionamento das políticas e programas para as regiões ou territórios mais necessitados do Estado.

A ação conjunta entre o Governo Federal e Estadual resultou numa expressiva aceitabilidade das políticas adotadas pela população cearense. Essa estratégia pode ter influenciado na redução dos fluxos inter-mesorregionais e intensificado os fluxos intra-mesorregionais, visto que as oportunidades de emprego, melhores rendimentos e os serviços públicos (construção de açudes, cisternas, saúde, educação, saneamento, energia elétrica, habitação, entre outros) encontram-se mais presentes e/ou próximos das áreas de significativa vulnerabilidade econômica e social do estado.

Quanto ao fluxo inter-mesorregional, apesar do gradativo arrefecimento, não há estudos específicos abrangendo a dinâmica populacional por situação do domicílio, e em um espaço de tempo extenso. Ao fazer essa análise ao longo de três quinquênios, foi possível observar que, apesar das políticas públicas voltadas para as áreas rurais, como o Projeto São José (Estadual) e o programa Um Milhão de Cisternas (Federal), e da chegada dos serviços públicos para o interior do estado, a mesorregião Metropolitana de Fortaleza ainda é o principal destino dos migrantes das demais mesos, notadamente sua área urbana. No

entanto, devido a essas ações do Estado, a atração dessa mesorregião ao longo dos quinquênios apresentou arrefecimento ao mesmo tempo em que se observou o aumento de suas emigrações.

Por outro lado, o Norte Cearense apresentou-se como o principal destino dos migrantes que preferem o meio rural. Essa mesorregião é uma das que mais emprega sua população em atividades agrícolas, sendo destaque o cultivo do algodão herbáceo e a banana. Além disso, o rural dessa mesorregião não é estritamente agrícola, devido a inserção de atividades típicas do meio urbano. Ademais, a proximidade do rural em relação as atividades econômicas no meio urbano, permite que as pessoas residam no rural e trabalhem no urbano.

As mesorregiões Sul Cearense e Noroeste Cearense foram as que reverteram suas perdas populacionais em ganhos no último quinquênio analisado. Ambas atraíram mais para o urbano do que para o rural, o que pode ser explicado pela desconcentração industrial através do FDI, que acabou por gerar significativo número de empregos formais nessas mesorregiões com a instalação da Grendene (indústria de calçados). Destaca-se ainda o desempenho apresentado pelo turismo e comércio no caso do Sul Cearense, e o cultivo do mamão e de flores no Noroeste Cearense.

Além disso, há o fato de as pessoas estarem emigrando mais da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza para o interior cearense, também associado ao processo de (re)estruturação da rede urbana, que transformou as cidades médias em novos pontos de atração com significativo dinamismo econômico e qualidade de vida. Esses novos espaços urbanos presentes nas demais mesorregiões tornam-se atrativos quando contrapostos ao inchaço populacional, seletividade no mercado de trabalho, encarecimento do solo urbano, violência e alto custo de vida da mesorregião Metropolitana de Fortaleza, cuja expulsão de população beneficia seja as mesorregiões vizinhas, como o Norte Cearense, seja as mais interiorizadas do estado, como o Sul Cearense.

6 REFERÊNCIAS

AYDOS, M. R. **Migrações Internas no Brasil Contemporâneo**: reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008. In: XVI Semana PUR - IPPUR/UFRJ, 2010, Rio de Janeiro. XVI Semana PUR - IPPUR/UFRJ, 2010.

BAENINGER, R. **Rotatividade Migratória**: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BRITO, A. V. C. **O Programa Territórios da Cidadania e o desenvolvimento rural sustentável**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2013.

CANUTO, K. E. B. **Programa Territórios da Cidadania no Estado do Ceará**: uma análise do capital humano e capital natural. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará,

Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2012.

CAMARANO, A. A. **Movimentos migratórios recentes na região Nordeste**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaocuritiba1997p189a208.pdf>>. Acesso em: 6 de novembro de 2016.

CEARÁ. **Secretaria do Desenvolvimento Agrário**. Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDRSS) 2012-2015. 2012.

CEARÁ. **Secretaria de Desenvolvimento Rural**. Rumo ao desenvolvimento rural do Ceará: 1999/2002. Fortaleza, 1999. 97p.

CHAVES, M. L. J.; SERGIANO, L. A. **Modernização sócioespacial e urbanização na Região Baixo Jaguaribe – CE**. Revista da Casa de Geografia de Sobral. Sobral/CE. v. 11. N. 1. p. 49-60.

CONTE, C. H.. **Cidades Médias**: Discutindo o Tema. Sociedade e Território, v. 25, p. 45-61, 2013.

CORDEIRO, M. P. J. **Entre Chegadas e Partidas**: dinâmicas das romarias em Juazeiro do Norte. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2010.

ELIAS, D. **Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense**. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. Volume 2. Número 3. p. 61-69. jan/jun 2003.

FERREIRA, M. O.; RAMOS, L. M.; ROSA, A. L. T; LIMA, P. V. P. S. LEITE, L. A. S. **Especialização produtiva e mudança estrutural na agropecuária cearense**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 14, n. 26, maio 2006. p. 91-111.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, 624 p.

HOLANDA, F. U. X. **Mudancismo e conservadorismo no Ceará**: o desenvolvimento rural na Era Jereissati (1986-2002) / Francisco Urubam Xavier de Holanda. — Fortaleza : Fundação Konrad Adenauer, 2006.

LEITE, P. S. **Em busca do desenvolvimento rural do Ceará**: coletânea de artigos/Pedro Sisnando Leite. – Fortaleza: LCR, 2006. 230p.

LIMA JÚNIOR, F. O. **Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010**. 2014 (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286403/1/LimaJunior_FranciscodoO%27de_D.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2018.

OLIVEIRA, B. S. **Rede urbana brasileira: algumas reflexões teóricas**. Revista Formação. Presidente Prudente, SP. n. 15, Edição Especial, 2008 volume 2, p. 100-109.

PATARRA, N. L. **Movimentos Migratórios no Brasil: Tempos e Espaços**. - Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. 50p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093; n. 7).

PEREIRA JÚNIOR, E. **Território e Economia Política**: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

QUEIROZ, I. S. **Região Metropolitana do Cariri Cearense, a MetrÓpole Fora do Eixo**. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, set. /dez. 2014.

_____. Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAIMP/IFHC, 2013.

SABINO, M. J. C. **A vulnerabilidade da agricultura familiar nos municípios do Ceará**: o caso do maciço de Baturité. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2013.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Indicadores Socioeconômicos**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_ce.pdf >. Acesso em: 28 de jan. 2018, p. 35-83.

SILVA, J. F. G.; GROSSI, M. E. D. **O novo rural brasileiro**. In: José Graziano da Silva. (Org.). Ocupações rurais não-agrícolas: Oficina de atualização temática. Londrina/PR: IAPAR, 2001, v. 1, p. 165-173.

SILVA FILHO, L. A.. **Distribuição Espacial da Indústria no Ceará**: Fases e Fatos no Contexto dos anos 2000. Revista Economia & Tecnologia (RET), v. 10, p. 107-130, 2014.

TOLEDO, M. B. P.; TSUZUKI, C. A. Projeto São José. FGV-EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas - GV Pesquisa. Projeto conexão local 2008.